

Estratégia Nacional do Ecoturismo na Guiné-Bissau

**(2018 - 2023)
Guiné-Bissau
Terra da Biodiversidade**



Ministério do Turismo
e Artesanato



Instituto da Biodiversidade e das
Áreas Protegidas



A Presente estratégia foi elaborada sob a supervisão técnica do Departamento do Ecoturismo do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas - IBAP, com o apoio do Programa da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN na Guiné-Bissau. Contou igualmente com as contribuições dos técnicos do Ministério do Turismo e Artesanato – MTA e da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente - AAAC, especialmente às seguintes personalidades : *Alfredo Simão da Silva, Justino Biai, Abilio Said, Abdulay Sêca, Aissa Regala, Udimila Queta e Claudia Cristina M. Tavares (IBAP); Júlio Incopte, Ben Kassimo, Valdir Da Silva e Silvestre Kantussam (MTA); Mário Biague e Edimilson Augusto Da Silva (AAAC); Hamilton Monteiro (GPC); Nelson Gomes Dias, Frédéric Airaud, Jean Benoit e Pierre Campredon (IUCN).*

O ecoturismo é actualmente o setor do turismo com a maior taxa de crescimento ao nível internacional. No caso particular da Guiné-Bissau, existem muitos potenciais recursos para este sector, graças à riqueza e à diversidade do seu património natural e cultural. Ao tomar as precauções necessárias para preservar essa herança, o país deve aproveitar das suas vantagens comparativas em relação à outros países da sub-região. A existência de uma rede nacional de áreas protegidas, cobrindo 26,3% do território nacional, oferece um quadro privilegiado para o desenvolvimento do ecoturismo, isso pressupõe no entanto, investimentos de qualidade nas áreas de formação, infraestruturas, serviços, promoção e noutras ações associadas.

A presente Estratégia Nacional foi concebida especificamente para definir as orientações que permitirão o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau nas melhores condições possíveis, combinando a necessidade de oferecer alternativas de emprego e de renda sustentáveis, resilientes aos membros das comunidades locais e garantindo ao mesmo tempo a manutenção e a sustentabilidade dos recursos ecoturísticos.

Crédito fotográfico :

P. Campredon; Hellio & Van Ingen; A. Simão da Silva; L. Seck; Kimberley Hockings; T. Humle; IBAP.

Citação do documento :

MTA & IBAP, 2018. Estratégia nacional para o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau. 28pp. Bissau

ISBNs :

978-989-96831-7-4



RESUMO

A presente estratégia foi elaborada após a realização de um diagnóstico participativo sobre as potencialidades e os constrangimentos do desenvolvimento do ecoturismo nas Áreas Protegidas (APs). Esta etapa veio a culminar com a organização da 1ª Conferência Nacional sobre o Ecoturismo sob lema “Guiné-Bissau Terra da Biodiversidade” que tinha como objetivo lançar as bases para a promoção dos princípios da sustentabilidade ecoturística nas APs e noutros sítios de interesse ecológico. Foram implicados todos os atores que trabalham diretamente ou indiretamente com o desenvolvimento do turismo sustentável, dentro e fora das APs, com o intuito de refletir e discutir sobre os possíveis modelos ou a tipologia de turismo que melhor se enquadra na política de conservação e ao mesmo tempo capaz de gerar benefícios para a comunidade local.

Entretanto os trabalhos precedentes foram baseados na metodologia participativa e nos fundamentos de três pilares estratégicos: Condições de acolhimento e de estadia dos turistas; Produtos ecoturísticos; Ecoturismo como fator de desenvolvimento local e de conservação do património natural e sociocultural. Esses pilares contribuirão de uma forma integral na criação de uma visão partilhada ao longo prazo para a promoção de um turismo ambientalmente sustentável e adaptado, socialmente aceite, justo e equitativo, culturalmente diversificado e economicamente viável.

AGRADECIMENTOS

A Direção de IBAP, através do Departamento do Ecoturismo agradece a todas as partes envolvidas que colaboraram na elaboração deste documento estratégico. Estes agradecimento direcionam-se especificamente aos técnicos, que compõem a equipa multidisciplinar, provenientes do Ministério do Turismo, da Autoridade de Avaliação Ambiental Competente, do IBAP e da UICN, pela contribuição e pela disponibilidade de informações fornecidas que permitiram enriquecer cientificamente os principais pilares estratégicos da presente estratégia. Agradece-se igualmente a comunidade local pela vontade e estima demonstrada para que, ao longo prazo, seus sonhos se tornem numa realidade sustentável e equitativa. Finalmente aproveita-se agradecer profundamente a Fundação MAVA que financiou o projeto “Promoção do turismo ecológico e sustentável na Guiné-Bissau”, sendo esta estratégia um dos principais resultados da sua implementação.



Paisagem do Arquipélago de Bolama Bijagós

INDICE

RESUMO	04
AGRADECIMENTOS	04
Acrónimos:	06
Prefácio	07
1. Introdução	08
2. Princípios do Ecoturismo	09
2.1 - Potencialidades – Oferta e demanda ecoturística	10
3. Situação atual do Ecoturismo na Guiné-Bissau	13
4. Constrangimentos, riscos e oportunidades	14
5. Visão partilhada do Ecoturismo na Guiné-Bissau	17
6. Domínios estratégicos, objetivos e atividades prioritárias	18
6.1. Domínio estratégico 1	18
Condições de acolhimento e de estadia de turistas	
6.2. Domínio estratégico 2	21
Os produtos ecoturísticos e a sua promoção	24
6.3. Domínio estratégico 3	26
Ecoturismo como factor de desenvolvimento local e de conservação do património	26

Acrónimos :

AAAC	Autoridade de Avaliação Ambiental Competente
AD	Ação para o Desenvolvimento
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
AP	Áreas Protegidas
DGCU	Direção Geral de Cadastro e Urbanismo
DGSM	Direção Geral dos Serviços de Migração e Fronteiras
GPC	GPC – Gabinete de Planificação Costeira
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
MTA	Ministério de Turismo e Artesanato
OMT	Organização Mundial de Turismo
PNB	PNB – Parque Nacional de Boé
PNC	PNC – Parque Nacional de Cantanhez
PNLC	Parque Natural das Lagoas de Cufada
PNMJVP	Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão
PNO	Parque Nacional de Orango
PNTC	Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu
RBABB	Reserva da Biosfera do Arquipélago de Bolama Bijagós
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza

Prefácio

O Turismo, às vezes denominado de «indústria verde sem fumo», tornou-se num importante fator de desenvolvimento sustentável em todo mundo, razão pela qual o governo da Guiné-Bissau fez dele uma das prioridades para o futuro.

A Guiné-Bissau possui grandes atrativos neste domínio (um património natural e cultural extremamente rico e diverso), o que lhe distingue dos outros destinos turístico.

O país tem tido a oportunidade de poder aproveitar da experiência de outras nações que estão mais avançadas no domínio de promoção destas atividades. Considerando a vulnerabilidade do nosso património entre vários exemplos devemos seguir e adoptar, deve-se, certas medidas preventivas para garantir a sua sustentabilidade, privilegiando os investimentos de qualidade mais do que os de maior volume ou quantidade.

Deve-se ter em conta que se trata de um sector volátil que pode a qualquer momento mudar com a conjuntura, devido aos fatores de ordem natural, social ou política. Construir o turismo sobre bases sólidas é a melhor aposta para que se possa tornar numa ferramenta de resiliência e de garantia para o desenvolvimento sustentável.

Por essas razões o governo conjuntamente com os atores envolvidos, consideram o ecoturismo como uma das vias mais privilegiadas, por quanto sendo um subsector da indústria turística definido como “viagens a destinos com zonas naturais frágeis e intactas” (normalmente em áreas protegidas e parques naturais), “que suporta diretamente o desenvolvimento económico das comunidades recetoras”; este conceito responde as preocupações no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades locais valorizando a vantagem comparativa em matéria do património em biodiversidade.

A existência do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), que cobre atualmente 26,3% do nosso território é um quadro privilegiado para a aplicação desta política, graças ao bom trabalho do Governo e do IBAP.

Promover o ecoturismo significa investir também no subsector que representa hoje a maior taxa de crescimento na indústria turística. Mas é também a orientação mais exigente em termos de qualidade dos investimentos, isso supõem esforços consideráveis no que diz respeito a formação e qualificação do pessoal, criação de infraestruturas e facilitação dos serviços e promoção dos destinos a descobrir.

Supõem também a existência de uma cooperação voluntária com os parceiros de desenvolvimento local, interessados em promover as boas práticas ecoturísticas (ONGs, Associações e Operadores turísticos)

A presente estratégia foi financiada pela Fundação MAVA, tecnicamente assistida pela UICN, é resultado de um trabalho multidisciplinar entre as partes implicadas na promoção do ecoturismo, considerado pelo governo como um documento importante para orientar os futuros investimentos dentro das Áreas Protegidas e nas zonas de interesse ecológico. Entretanto, pretende-se privilegiar a implementação dos principais pilares estratégicos de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo ao nível nacional, conservar a beleza da Guiné-Bissau, preservar a riqueza dos patrimónios natural e cultural e garantir o benefício para as gerações vindouras que também as merecem.

O Ministro de Turismo e Artesanato
Fernando Vaz



1. Introdução

O Ecoturismo constitui nos nossos dias um dos pilares da economia mundial apresentando ainda um dos subsectores com maiores crescimentos. Efetivamente, apesar dos sobressaltos esporádicos, o fluxo de turistas internacionais tem vindo a aumentar significativamente. O turismo mundial superou as expectativas de crescimento em 2017, passando de 25 milhões em 1950 para 1,322 bilhão de viajantes internacionais, o que significa um aumento de 7% com relação a 2016, o mais alto em sete anos. A Europa, com os destinos mediterrâneos na liderança, registrou um aumento extraordinário de chegadas internacionais de 8%, igual ao continente africano, que consolida sua recuperação iniciada em 2016.

Segundo os dados da Organização Mundial do Turismo - OMT (2017) apontam para um avanço entre 3,5% e 4,5% na Europa e nas Américas; entre 5% e 6% na Ásia e no Pacífico; de 5% a 7% na África; e entre 4% e 6% no Oriente Médio no ano 2017. Representando 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, o turismo coloca-se no terceiro setor exportador do mundo. Além disso, uma em cada dez pessoas no mundo trabalha diretamente ou indiretamente no setor do turismo. O impacto desta "indústria sem fumo" é significativo, representando em 2016 uma receita estimada em cerca de, USD 1400 bilhões em exportações a nível mundial.

Analisando esta evolução, constata-se que é precisamente o segmento do ecoturismo que mostra a maior progressão na escala mundial, especialmente nos países tropicais ricos em biodiversidade. O ecoturismo representa uma mais-valia para os países do Sul em termos de criação de emprego, redução da pobreza, promoção e salvaguarda dos patrimónios naturais e culturais e desenvolvimento das comunidades locais.

Este crescimento contínuo esta associado e impactos negativos, o que levou a OMT a adotar um Código de ética global destinada a maximizar os benefícios económicos, sociais e culturais e minimizar os impactos negativos no plano social, ambiental e cultural.

De acordo com os diferentes estudos consagrados ao desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau, assinala-se claramente que o país oferece potencialidades notáveis em matéria de ecoturismo, domínio no qual se distingue e dispõe de vantagens competitivas em relação aos outros países da sub-região. Este subsetora apresenta ainda vantagem capacidade reconhecidas no processo de integração e valorizaçãoda presença e os conhecimentos das comunidades locais, de maneira aconsiderá-los como atores integrantes no desenvolvimento do sector. Estes atores, se manifestam normalmente predispostos a seguir uma série de princípios éticos que permitem, se devidamente respeitados, limitar os impactos negativos, como os conhecidos do turismo de massa: distribuição desigual dos benefícios; degradação social e cultural; danos ambientais, turismo sexual, etc.



Diferença na localização geográfica entre uma Tabanca e um acampamento turístico

A Guiné-Bissau dispõe de facto de múltiplas potencialidades em matéria de ecoturismo: a beleza a integridade da paisagem, a presença de numerosas espécies emblemáticas tais como o chimpanzé, hipopótamo ou tartarugas marinha e a riqueza dos patrimónios culturais, faz da Guiné-Bissau um país com uma forte vocação para este subsector do turismo em pleno crescimento. Nos últimos dez anos, a Guiné-Bissau consentiu esforços significativos para estabelecer uma rede nacional de áreas protegidas destinadas a cobrir aproximadamente um quarto do território nacional. Estes espaços são ocupados por comunidades cujo saber, a cultura e os modos de vida em geral estão estreitamente ligados ao ambiente natural. Estas características fornecem uma oportunidade dupla, tanto para dar conteúdo às visitas de descoberta dos sítios assim como de criar alternativas de emprego e de receitas em benefício das comunidades.

Neste espírito, o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau constitui uma forma de valorizar os investimentos aplicados no domínio da conservação há mais de 20 anos. Esta abordagem permite ao país de singularizar-se no mapa do turismo da África Ocidental como sendo um destino fortemente orientado para o ecoturismo, demarcando-se assim, do Senegal, da Gambia e de Cabo-Verde, que têm orientado para o turismo de massa. Tal abordagem é também recomendada sistematicamente por todos os estudos estratégicos sobre o desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau.

É nesta perspetiva que o Ministério de Turismo e Artesanato (MTA) e o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) com o apoio técnico da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), juntos unirem esforços na organização da Conferência Nacional sobre o Ecoturismo (26 a 28 de Fevereiro de 2014) que permitiu aos diferentes atores implicados analisar, refletir sobre a estruturação das potencialidades e sistematização dos constrangimentos de forma a contribuírem para definição duma visão coletiva ao longo prazo, capaz de criar as bases sustentáveis para orientar as prioridades da presente estratégia.



Participante da 1ª conferência Nacional sobre o Ecoturismo "Guiné Bissau – Terra da biodiversidade"

Princípios do Ecoturismo

Quaisquer que sejam as definições adotadas para o ecoturismo, o turismo responsável ou o turismo durável, todas persistem no facto de que elas se referem a uma viagem responsável em espaços naturais, principalmente nas áreas protegidas, que conservam o ambiente contribuindo na melhoria do bem-estar das populações locais.

Honey (1999), define Ecoturismo como sendo, «viagens com destino para as zonas naturais frágeis e intactas (habitualmente nas áreas protegidas) que visam um efeito negativo muito limitado, específico, a maior parte do tempo em pequenos grupos, favorecendo a educação dos visitantes, gerando fundos para a conservação, suportando diretamente o desenvolvimento económico dos meios de acolhimento e suporte do desenvolvimento para as comunidades locais e favorecendo o respeito das diferentes culturas e direitos humanos».

Segundo estas definições, os princípios que devem guiar o desenvolvimento e a prática do ecoturismo são os seguintes :

- ... Descobrir sítios naturais preservados, geralmente as áreas protegidas;
- ... Exercer um impacto, o mais fraco possível, sobre os modos de vida das populações e sobre o ambiente natural, valorizando a biodiversidade e o património cultural;
- ... Encorajar a participação dos diferentes atores (comunidades, turistas, agentes de conservação, viajantes, ONGs) a volta de uma visão partilhada do ecoturismo que favorece o desenvolvimento económico e sociocultural das populações de acolhimento;
- ... Fornecer elementos de interpretação do património cultural e natural com vista a sensibilizar os visitantes sobre os desafios do desenvolvimento e de conservação;
- ... Gerar fundos para o apoio aos projetos comunitários e para os programas de conservação.

O Governo da Guiné-Bissau, no seu recente documento estratégico “Plano Estratégico e Operacional 2015 a 2020 – Terra Ranka” no seu III Capítulo explica as condições propícias à criação de riquezas através da preservação do capital natural e da biodiversidade para geração presente e futura. Também no mesmo documento no seu Capítulo VI – Criar um Sector privado sólido e uma economia diversificada, focalizar nos principais aspetos estruturais do turismo, em particular o segmento de Ecoturismo para contribuir na redução da pobreza e garantir a sustentabilidade socioeconómica e ambiental das comunidades locais.

Neste espírito, considerando os diferentes princípios, os participantes da Conferência Nacional sobre o Ecoturismo inscreveram as suas reflexões e princípios subjacentes a presente estratégia.



Carnaval

2.1 - Potencialidades– Oferta e demanda ecoturística

O Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) está atualmente constituída por 8 Áreas Protegidas, ostentando cada uma delas as seguintes características que se seguem:

O Arquipélago de Bolama Bijagós, classificado em 1996, pela UNESCO como Reserva da Biosfera - RBABB, único arquipélago deltaico das costas africanas e reconhecido como zona húmida de importância internacional no quadro da Convenção de RAMSAR em 2014. Composto por 88 ilhas e ilhéus, é conhecido por ser um dos grandes monumentos naturais e culturais da costa africana., considerada a segunda área mais importante da África Ocidental para as aves aquáticas migratórias o meio marinho caracteriza-se pela presença de grandes bancos de areia, vasas intermarés seccionados por canais de profundidade variável e bordeados por mangais. Em terra predominam os palmeirais, as savanas herbáceas e arbustivas com presença das florestas semi-húmidas.

Tem uma biodiversidade animal representada por aves aquáticas migradoras residentes, diferentes espécies de tartarugas marinhas, manatins, hipopótamos, etc. Numerosos sítios e ilhéus dispõem de um estatuto sagrado, facto que permite conservar o seu património natural e cultura além das 3 Áreas Marinhas Protegidas.

O Parque Natural das Lagoas de Cufada - PNLC, alberga a maior lagoa de água doce da Guiné-Bissau, servindo de fonte de abastecimento de lençóis freáticos da região de Quinara e de Tombali e de habitat temporário para aproximadamente 2% da população mundial de Pelicano branco, assim como, produção de nutrientes para a diversidade biológica integrante. Estas características estiveram na origem da sua classificação em 1999 como Sítio RAMSAR. A fauna é bastante diversificada com mais de 315 espécies de aves identificadas, rica em mamíferos e répteis, requerendo assim uma preservação no quadro de uma política de promoção de utilização sustentável dos recursos naturais.

O Parque Natural de Cantanhez – PNC, é a última zona do País onde ainda existe subsistema de formações de florestas densas sub-húmidas, com a distribuição mais setentrional deste tipo de formação vegetal na África Ocidental. O PNC representa uma zona de grande interesse para os naturalistas e cientistas, revelando uma extrema importância em termos de Avifauna e de Mamíferos. Foram identificadas 194 espécies de aves, das quais 80 são florestais. Em 2001 foi classificado pela BirdLife Internacional como uma zona importante para a avifauna (IBA em sigla inglesa). Das 184 espécies de mamíferos presentes na Guiné Bissau, aproximadamente 84 podem ser encontrados no PNC, figurando a maioria destas espécies na lista vermelha da IUCN. Por estas razões o PNC constitui numa área protegida de alta importância excepcional para a conservação Nacional e Internacional.

O Parque Natural dos Tarrafes de Rio Cacheu – PNTC, com cerca de 30.000 ha dentro dos seus limites, possui a maior extensão do bloco contínua de tarrafes (mangrove) de toda a África Ocidental. Adjacentes ao tarrafe, encontram-se bancos de vasa que acolhem elevadas densidades de aves aquáticas migradoras. O estuário, em parte graças ao tarrafe a ele associado, é de enorme importância para a reprodução e crescimento de numerosos peixes (nomeadamente barracudas), moluscos (particularmente ostras) e crustáceos (camarões) de enorme interesse comercial. Neste meio rico, encontramos também populações de manatins e de hipopótamos. Por outro lado a cidade de Cacheu representa o símbolo do descobrimento da Guiné Bissau, da história de escravatura e a origem do Crioulo (língua nacional). No PNTC, as tartarugas marinhas são pouco visíveis, senão nas zonas periféricas (Praia de Varela, Budjim, Edjim e Bolol) situada a oeste, onde esporadicamente pode-se observar a tartaruga verde (*Chelonia mydas*) que ali vem desovar na estação das chuvas.

O património dos sectores terrestres do parque é menos significativo e encontra-se em degradação progressiva, particularmente na parte norte, onde a floresta é já muito escassa e em rápida regressão. Grandes animais, como o búfalo (*Syncerus caffer*, o cobo *Kobus kob* ou a sitatunga *Tragelaphus spekei*), desapareceram nas décadas mais recentes. Na margem esquerda (sul), existe uma área de floresta ainda relevante, com uma densidade populacional mais baixa, onde subsistem ainda alguns grandes predadores, como o leopardo (*Panthera pardus* ou a hiena *crocuta*), mas nada se sabe sobre o seu estatuto de conservação.

O Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão – PNMJVP. Das sete (espécies) de tartarugas marinha conhecidas no mundo, foi confirmada a desova de cinco (5) nas praias do Arquipélago, a saber, a Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), a Tartaruga-de-Ridley (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-verdadeira ou de escama (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-cabeçudo (*Caretta caretta*) e Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coreacea*). A população de tartarugas verdes (*Chelonia mydas*) que nidificam nestas ilhas é de particular interesse. Cerca de 7000 a 29000 ninhos foram estimados por ano na ilha de Poilão, tornando este o mais importante local de nidificação das tartarugas verdes em toda a África, e um dos mais importantes a nível mundial. Os papagaios de Timneh (*Psittacus timneh*) foram reconhecidos recentemente como uma espécie distinta dos papagaios cinzentos (*Psittacus erithacus*) e classificados como em extinção na lista vermelha de espécies ameaçadas da IUCN (BirdLife International, 2017 b). Eles estão confinados às florestas da Alta Guiné da África Ocidental, com uma extensão que vai de Guiné-Bissau à Costa do Marfim (del Hoyo, Collar, Kirwan, & Sharpe, 2018).

Um outro aspeto importante a considerar é a existência das “Florestas Sagradas” onde foram identificadas mais de 45 espécies de plantas e ervas medicinais. Nestes “espaços naturais” destinados exclusivamente a manifestações tradicionais de carácter cultural e religioso, a gestão dos recursos naturais é determinado pelo uso e costume da comunidade que a utilizam”.

Para testemunhar seu engajamento e sua liderança sub-regional e mundial nas questões ambientais, o PNMJVP foi declarado em 2001 pelo Estado da Guiné-Bissau, como um “*Dom à Terra*” (“Gift to the Earth”), Este ato, objeto duma cerimóniapública imbuída de simbolismos, é uma demonstração da contribuição e dos compromissos assumidos pelo país no que concerne a proteção da biodiversidade ao nível global. Este gesto que se enquadra na campanha mundial da WWF foi mérito de um certificado de reconhecimento assinado pelo Diretor-Geral desta organização internacional de conservação da WWF

O Parque Nacional de Orango – PNO, Composto pelas ilhas do complexo de Orango é considerado como zona central da Reserva da Biosfera Bolama Bijagós. Este Parque protege a maior biodiversidade do arquipélago (gazela-pintada, hipopótamos, manatins, lontras, crocodilos, aves aquáticas...) e um mosaico de ambientes de savanas, lagoas, mangais e praias.

A sua população única de hipopótamos, apresenta a característica de viver no ambiente marinho e água doce. A avifauna é muito importante neste complexo de ilhas, especialmente com a maior concentração das aves migradoras oriundas da Europa. São igualmente observadas espécies de aves muito emblemáticas como o flamingo.

Entre os grandes mamíferos, há que destacar a existência duma população considerável de Hipopótamos (Pis Cabalo: *Hippopotamus amphibius*), também podem ser encontrados outros mamíferos, rept e tartarugas tais como : golfinho-corcunda (*Sousa teuzsii*), Peixe Boi (“Pis bus”: *Trichechus senegalensis*) crocodilo de Nilo, Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*); Tartaruga-verdadeira (*Eretmochelys imbricata*); Tartaruga de Ridley (*Lepidochelys olivácea*); Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriácea*). O ilhéu de Acapa-Imbone alberga uma colónia de nidificação de aves aquáticas. Há vários séculos que a população residente estabeleceu uma relação harmoniosa com o seu espaço natural e a grande riqueza em biodiversidade. Os habitantes vivem da orizicultura, da exploração da palmeira-do-azeite, da pesca e da coleta de moluscos.

O Complexo de Áreas Protegidas Terrestres – DBT, O Complexo Dulombi-Boé-Tchéché apresenta uma superfície de 406.556ha constituído por dois Parques Nacionais e três corredores faunísticos. O seu ecossistema terrestre sob intensa pressão é caracterizado por zonas de florestas húmidas densas e semi-densas intercaladas por savanas de vegetação alta e arborizadas, florestas de galeria e palmeiras que se tornaram refúgios cruciais para uma grande variedade de fauna animal. O Complexo oferece refúgio a muitos mamíferos emblemáticos de grande e médio porte, elefante-africano, hipopótamo, elande, chimpanzé, leopardo e leão. Também são observados diferentes espécies de répteis, tais como o crocodilo do Nilo, diferentes espécies de antílopes, Oribis entre outros, bem como pequenos predadores como o texugo do mel, o lince africano, o serval e o cão selvagem.

A lagoa Wendu Tcham localizada no Parque Nacional de Boé foi classificada em 2014 como sítio Ramsar.



3. Situação atual do Ecoturismo na Guiné-Bissau

O Ecoturismo na Guiné-Bissau se encontra ainda numa fase embrionária. Apesar das vindícias da maioria dos operadores turísticos, que declaram inscrever-se voluntariamente na lógica do ecoturismo, a realidade é bem diferente na maioria dos casos. Os modos de intervenção parecem aproveitar-se geralmente da vulnerabilidade das comunidades locais e a fraca regulação administrativa do sector.

Esta prática é geralmente geradora de conflitos entre os investidores e os proprietários tradicionais, com a administração territorial, com as estruturas de conservação da natureza. ONGs vocacionada para a defesa dos direitos das comunidades locais, mas também entre os membros da mesma comunidade. Os investimentos trazem um benefício insustentável ao nível local e nacional, nomeadamente em termos de emprego e de renda. Os operadores beneficiam em contrapartida de um ambiente natural preservado, condição necessária para o desenvolvimento dos seus negócios, alistando os seus investimentos insustentáveis a curto prazo, com soluções insignificantes para o ambiente (gestão de energia, resíduos ou de águas usadas). Iniciativas que geralmente são consideradas incompatíveis com os princípios do ecoturismo na medida em que as comunidades locais têm mais a perder do que a ganhar e o ambiente sofre danos consideráveis e irreversíveis.



Flamingos cor-de-rosa



Hipopótamos (PNO - Anhôr)

Paralelamente a este tipo de turismo pouco responsável, existem no país algumas iniciativas pioneiras e que são suscetíveis de servir de referência. Por exemplo, o Orango Parque Hotel no Parque Nacional de Orango, ou a iniciativa do projeto Uanan no Parque Nacional das florestas de Cantanhez.

Estas duas iniciativas ecoturísticas são geridas de uma forma participativa entre as ONGs e a comunidade local. Suas atividades baseiam-se concretamente nos princípios do ecoturismo oferecendo oportunidades de gerar benefícios para comunidade local e valorizando os patrimónios culturais e naturais protegidos nos Parques nacionais.

A implementação de iniciativas tais como ações de formação (técnicas de interpretação/guiar, culinária e restauração), a identificação das espécies e dos produtos (percurso/espécies, artesanato), o fornecimento de equipamentos ou de criação de infraestruturas de acolhimento, foram realizadas sempre em colaboração com as populações, procurando sistematicamente promover os benefícios económicos no plano local.



Aldeia Felupe (PNTC)



Observatório no PNO - Anhôr

4. Constrangimentos, riscos e oportunidades

Em relação aos constrangimentos, os participantes da Conferência Nacional fizeram referência ao seguinte:

- A situação política global na sub-região e, mais especificamente, na Guiné-Bissau. O fato do país ser considerado instável de acordo com os websites de informações oficiais de vários países ocidentais, contribui-se bastante para desencorajar muitos potenciais visitantes. As imagens da Guiné-Bissau veiculada pelas médias internacionais não vão ao encontro das expectativas em termos de acolhimento e segurança dos turistas;

- A baixa e fraca quantidade e qualidade das informações disponibilizadas aos visitantes sobre as ofertas turísticas e as condições de estadia no país;

- A qualidade ou o número de infraestruturas de apoio ao serviço turístico (hotéis, estradas, hospitais, emergências, etc...) necessárias para o desenvolvimento do sector ainda são marcadamente insuficientes;

- A indisponibilidade de meios de transporte frequente, confortável, regular, económico e seguro são praticamente existentes, constituindo assim um dos principais constrangimentos para promoção e desenvolvimento do sector turísticos no País. Isto diz respeito não só aos transportes aéreos com proveniência da Europa, como os transportes nacionais por via terrestre e marítima (visita ao Arquipélago de Bolama Bijagós)

- As condições de acolhimento dos turistas estão ainda pouco organizadas e desenvolvidas, desde a chegada ao aeroporto até aos destinos turísticos finais, passando pela estadia em Bissau.



Imagem aérea da Cidade de Bissau

Em relação aos riscos, os participantes da Conferência Nacional fizeram as seguintes constatações:

- Desenvolvimento do turismo não planificado. Além de alguns estudos e consultoria pontuais, não parece existir até a data presente um Plano Diretor do Turismo l ou outros documentos similares para orientar e regulamentar a implementação das actividades Turístico na escala nacional e global (lei básico do turismo e regime jurídico) nos principais zonas com vocação turística ou nos sítios de interesse ecológico. Entretanto nota-se que a evolução do sector foi feita de forma fragmentada em resposta às solicitações de interesses do exterior ou dos estrangeiros residentes, sem um plano abrangente e uma visão comum partilhada, o risco é de se confrontar com uma dispersão de iniciativas individuais, sem coerência entre si;

- Turismo de massa: É recorrente a tentativa de promover um turismo de massa, que teria um impacto dramático sobre o frágil ambiente natural e as comunidades locais muito vulneráveis.

A situação nos países da sub-região mostra de facto um crescimento da mendicidade e da prostituição ligada ao turismo, já visível no Arquipélago dos Bijagós e nas outras zonas. Em poucos anos, esta evolução poderia causar uma série de efeitos negativos, segundo um processo classicamente observado em muitos países: desinteresse dos visitantes, taxas de ocupação que não permitem gerar receitas suficientes para os salários e a manutenção dos recetivos, acelerada degradação devido as condições climáticas agressivas e tensões socioculturais com as populações;

- **Ausência de critérios rigorosos em matéria de qualidade ambiental e social dos recetivos** : Se tem por um lado, realizado o estudos de impactes muito superficiais e por outro lado, constata-se insuficiências de mecanismos de controlo, constituindo em conjunto grandes fatores de risco. É provável que o número de quadros e os níveis de formação se manifestem de insuficientes nesta área caso o sector venha a se desenvolver substancialmente nos próximos anos. Uma atenção especial deve ser dada as questões relativas à proteção das paisagens, a exploração abusiva dos recursos me água doce e da gestão das águas usadas e dos resíduos e a determinação da capacidade de carga para a protecção de zonas mais frágeis e



Rio Corubal – Ponte de Saltinho

- **Existência de riscos de conflitos** : Estes ocorrem principalmente entre as populações e os operadores turísticos em relação ao questões ligados com a cedência de terra ou espaços para instalação dos empreendimentos, zonas sagradas e as expectativas frustradas dos residentes e as falsas promessas não cumpridas pelos operadores também foram identificadas conflitos no seio das comunidades (entre aqueles que são à favor e os que não o são face a um projecto específico, entre os que beneficiam e os que não beneficiam), ainda é salientar que estes conflitos alastra, entre os operadores e certas instituições como o IBAP responsável pela proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, entre instituições com prerrogativas por vezes mal definidas ou competitivas e confrontadas com vários subornos. Por outro lado nota-se que a fraqueza do Estado para regulamentar o sector e, acompanhar a aplicação das regras e arbitrar os antagonismos, devem encorajar a prudência face a todo e qualquer projecto de grande envergadura.



Nascente do sol na praia de ORANGO- PNO

No capítulo das oportunidades, os seguintes pontos foram citados :

- **Harmonização entre o meio natural e as culturas das comunidades locais** : A Guiné-Bissau e os diferentes grupos étnicos que a compõem apresentam patrimónios de grande riqueza e originalidade. A beleza das paisagens testemunha relações harmoniosas mantidas pelas comunidades com o seu meio ambiente. As florestas, savanas, mangais e meios insulares permitem observar uma vida selvagem abundante e diversificada entre as quais figuram muitas espécies emblemáticas como o chimpanzé, hipopótamo, tartarugas marinha e diferentes espécies de aves aquáticas e migradoras. As comunidades rurais preservam as tradições culturais ainda vivas e que constituem centros de interesse que correspondem às expectativas dos visitantes;

- **Rede Nacional de Áreas Protegidas** : A existência desta rede constitui uma grande oportunidade para o desenvolvimento de um ecoturismo de qualidade. Muitos países implementaram uma política de desenvolvimento do turismo em articulação com a proteção do meio ambiente. Esta sinergia é baseada na existência de áreas protegidas que incluem a quintessência do património natural e cultural da região. A administração do IBAP implementou nessas áreas protegidas estruturas capazes de assegurar o mínimo de enquadramento dos visitantes: código de conduta, estruturas de acolhimento, informação técnica e científica, controle e vigilância, etc. A implementação das prioridades definidas na presente estratégia, permitirá desenvolver esta capacidade de acolhimento através da organização de percursos / rotas de descoberta facilitando o seu acesso (mirradores, passarelas, observatórios, alojamentos, placas de interpretação e sinalização) dentro dos parques;

A Originalidade e a proximidade do destino : existem poucos destinos com características patrimoniais tão originais num raio de 4000 a 6000 km das capitais europeias. Os ecoturistas gostam geralmente de descobrir destinos originais a procura de sítios ao mesmo tempo autênticos e pouco perturbados;

- **O clima** : com uma longa estação seca, os visitantes estão mais ou menos certos de encontrar na Guiné-Bissau condições climáticas favoráveis. As ocorrências de ventos de poeira (harmattan) ou de ventos fortes são geralmente baixas e os riscos de chuva são nulos entre os meses de Novembro a Maio;



Acampamento turístico no Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão

- **Acolhimento e a segurança** : De modo geral a população guineense é acolhedora. Os visitantes são recebidos nas tabancas com um sorriso e não são abordados por pessoas que lhes pedem dinheiro ou tentam vender algum produto ou um serviço do qual eles não precisam e não querem como é frequentemente observado nos países onde o turismo já causou tais impactos negativos. Da mesma forma as condições de segurança são boas em geral com poucos riscos ligados a delinquência. Nos países da sub-região, os sítios com estes requisitos de segurança são mais raros acentuando assim a vantagem comparativa da Guiné-Bissau;

- **A Gastronomia** : A existência de produtos naturais, como peixes, moluscos, frutos silvestres ou produtos «bio» como o arroz e diferentes frutos e legumes, bem como uma tradição culinária original, secular e saborosa, são argumentos interessantes para atrair ecoturistas em busca de originalidade e autenticidade, incluindo no domínio gastronómico e

- **Iniciativas em ecoturísticas** : Por último, convém mencionar a existência de algumas iniciativas pioneiras de ecoturismo que já dispõem de boas condições de acolhimento e identificaram certo número de percursos, nomeadamente no Parque Nacional de Orango (tabanca dos bijagós, hipopótamos, observação e identificação das espécies, etc...), no Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão (tartarugas marinhas, papagaios-de-timneh, plantas e ervas medicinais, etc..) ou ainda no Parque Nacional das florestas de Cantanhez (florestas sub-húmidas, chimpanzés, memorial da luta de libertação, etc).



Observação na Lagoa de Ancanacube (PNO)

5. Visão partilhada do Ecoturismo na Guiné-Bissau

Em geral, a Conferência Nacional sobre o Ecoturismo pôs em evidência a existência de uma visão partilhada entre as diferentes categorias de atores envolvidos. Assim, pareceu necessário aos participantes, desenvolver um modelo que seja viável, tanto para as populações, para o sector privado nacional assim como para instituições competentes e interessadas. Nesta ótica, o ecoturismo deve constituir uma ferramenta para o desenvolvimento local que conserve e valorize o património nacional, em particular, mas não exclusivamente nas áreas protegidas, em benefício daqueles que são os guardiões tradicionais da biodiversidade e do património cultural. Da mesma forma, as instituições implicadas, o Ministério de Turismo e Artesanato, o Ministério da Administração Territorial, Ministério de Negócios Estrangeiros, o IBAP, a Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC), e a Direção Geral do Cadastro (DGC), devem dispor gradualmente de competências e de meios para fazer respeitar as suas prerrogativas e assegurar de que o desenvolvimento do sector respeite as regras, normas e códigos de conduta impostos pela lei. As autoridades administrativas locais e outras autoridades tradicionais devem igualmente ser informadas quanto aos procedimentos em vigor, os direitos das comunidades e os deveres dos promotores, bem como das modalidades de sua aplicação no terreno.

Todas as partes interessadas devem ter acesso a informações relevantes que permitam fazer evoluir as dinâmicas, mas também para se proteger de possíveis impactos negativos, nomeadamente os que podem ser em detrimento das comunidades vulneráveis através, por exemplo, da prostituição e pedofilia, a mendicância, ou ainda a folclorização das tradições culturais. Sem pôr em causa as necessidades de investimento estrangeiro, as palavras-chaves aqui são, a apropriação do processo por atores nacionais e a viabilidade das orientações do sector, as condições da sua implementação e dos benefícios em termos de impacto socioeconómico, cultural e ambiental.

Para expressar essa visão, os participantes na Conferência Nacional recomendaram que fosse adotado o slogan : «*Guiné-Bissau, Terra da Biodiversidade*».



Chimpanzé no Parque Nacional de Cantanhez

6. Domínios estratégicos, objetivos e atividades prioritárias

6.1. Domínio estratégico 1

Condições de acolhimento e de estadia de turistas

Objetivo geral - Condições de entrada e de estadia acolhedoras e atrativas que indicam claramente e facilitam o percurso do turista entre o seu ponto de partida e de destino.

Objetivo específico 1.1. Produzir uma informação clara e de fácil acesso no estrangeiro e ao nível nacional sobre as condições de entrada e de estadia.

Atividade 1.1.1 : Apoiar o Ministério de Turismo e Artesanato na elaboração e disseminação de um portal internet em três idiomas (PT, FR e ING), contendo informações detalhadas sobre as condições de estadia na Guiné-Bissau, vistos, procedimentos de entrada no aeroporto, disponibilidade de meios de transporte, localização e reservas nos hotéis em Bissau, etc.

É necessário ser capaz de influenciar a escolha de um potencial visitante, que a partir do seu país de origem, procura um destino ecoturístico original. Sabendo que este potencial visitante começa por explorar as oportunidades na internet, é preciso dispor de um site interessante e informativo. Por isso, é imprescindível apresentar as vantagens oferecidas pelo país, tranquilizando os potenciais interessados em relação a quaisquer preocupações de segurança, e fornecer informações práticas que irão facilitar a organização de sua estadia (transporte, vistos, hotéis, contactos, etc.).

A apresentação do website deve ter como objetivo, desencadear a escolha para o destino Guiné-Bissau: a riqueza do património, uma rede única de parques nacionais, percursos organizados, população acolhedora, boas condições de segurança, etc.

Atividade 1.1.2. Elaborar e difundir informações detalhadas sobre os produtos turísticos e as modalidades de acesso e de estadia.

Já existe uma variedade de produtos turísticos identificados e organizados em todo o país. Trata-se geralmente de percursos temáticos dentro das áreas protegidas suscetíveis de atender as diversas expectativas dos turistas: percursos naturais em áreas florestais, insulares, mangais (tarrafes), zonas húmidas, etc. para observar as espécies emblemáticas da fauna e da flora; percursos culturais que revelam os modos de vida dos diferentes grupos étnicos do país, suas histórias, gastronomia, artesanato, manifestações culturais.

Deve-se produzir informações detalhadas sobre esses diferentes produtos para suscitar o interesse dos potenciais visitantes e informá-los sobre as modalidades de acesso e de estadia em relação aos produtos selecionados. Estas informações devem estar disponíveis em diferentes suportes: Guia do ecoturismo na Guiné-Bissau, folhetos individuais de cada um dos principais destinos, cartazes e placas de informação na entrada dos sítios de visita. Pode-se considerar a instalação e equipamento de pontos de informação para turistas, perto dos locais estratégicos para facilitar o seu acolhimento, orientar, promover iniciativas a favor do ecoturismo.



Estruturas de apoio a acessibilidade e observação das espécies (PNO e PNLC)

Objetivo específico 1.2. Melhorar as condições de acolhimento no território.

Atividade 1.2.1. Tornar as modalidades de entrada no aeroporto e em Bissau em geral mais acolhedoras e mais seguras.

Um turista que chega pela primeira vez na Guiné-Bissau precisa ser informado, orientado e tranquilizado em relação a um ambiente que não conhece. Portanto, é importante acolhê-lo com um sorriso, como se ele fosse um dos convidados do país e facilitar as condições de passagem entre a descida do avião e a chegada ao hotel. Seria importante, sensibilizar o pessoal do aeroporto neste sentido, analisar a possibilidade de instalar um ponto de acolhimento na área de desembarque para fornecer informações pertinentes, por exemplo, sobre as modalidades de transporte para o hotel, as condições de estadia em Bissau, e em geral sobre as ofertas turísticas disponíveis. As modalidades para a obtenção de vistos devem ser simplificadas, tanto quanto possível.



Bissau velho (centro histórico – arquitetura colonial)

Atividade 1.2.2. Promover condições de transporte terrestre, marítimo e aéreo mais regular e mais segura.

Um dos grandes desafios para o desenvolvimento do turismo no país é a baixa disponibilidade dos serviços de apoio aos turistas como agências de aluguer de veículos (rente a car) ou empresas de transporte, capazes de oferecer um serviço de qualidade com segurança e conforto. Esta situação é ainda mais complicada devido ao estado de algumas estradas nas zonas mais afastadas. Esta dificuldade ainda é mais acentuada no que se refere as visitas de descoberta no Arquipélago de Bolama Bijagós via marítima, apesar da existência de um barco público com destino à Bolama e Bubaque e os serviços privados oferecidos pelos acampamentos de pesca. O acesso ao Arquipélago por via aérea progrediu nos últimos anos, mas as condições de acolhimento e segurança do aeródromo de Bubaque devem ser reforçadas. Por isso, convém sensibilizar os serviços públicos de que este ponto constitui um importante fator de estrangulamento vis-à-vis ao desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau.

Objetivo específico 1.3. Sensibilizar e educar o público nacional sobre o turismo e as suas implicações no plano social, cultural e económico.

Atividade 1.3.1. Alertar o público Nacional sobre os impactos causados pelo turismo.

O público nacional residente nas imediações dos sítios de interesse turístico está geralmente pouco preparado aos impactos causados por essa atividade. As comunidades vêem chegar os turistas, dos quais não compreendem as motivações, que parecem ter recursos financeiros importantes, que expressam curiosidade em relação a eles. A relação entre visitantes e visitados, para que seja benéfica para ambas as partes, deve ser objeto de informação e sensibilização prévia. As populações locais devem ser sensibilizadas do facto de que certos turistas podem ter comportamentos ambíguos, como um interesse excessivo por objetos e sítios sagrados ou que procuram trocas sexuais, aproveitando-se da vulnerabilidade das pessoas para obter o que desejam com dinheiro.

Este trabalho de sensibilização pode ser feito no quadro de atividades de educação ambiental nas escolas, ou ainda no processo de identificação de produtos turísticos, realizado em colaboração com os atores locais, bem como durante a formação de guias. Por outro lado, os visitantes devem conhecer e obedecer os diversos códigos de conduta de que dispõem sobre os sítios a visitar.



Cidade de Cacheu e a sua fortaleza (1588)

6.2. Domínio estratégico 2 :

Os produtos ecoturísticos e a sua promoção

Objetivo geral: Produtos atrativos e originais que valorizam os Patrimónios naturais e culturais da Guiné-Bissau e que beneficiam de uma promoção eficaz junto dos turistas.

Objetivo específico 2.1. Conhecer melhor, fazer conhecer e valorizar os sítios de interesse turístico no território nacional.

Atividade 2.1.1. Elaborar um inventário dos sítios e elementos de interesse patrimonial e turístico no território nacional em geral.

Durante o processo de criação das áreas protegidas, foram realizados inventários do património e consequentemente já se conhecem os principais centros de atração suscetíveis de entrar na composição dos produtos turísticos. No entanto, falta realizar um trabalho similar em todo o território nacional, com especial atenção para as paisagens, as atividades humanas de carácter tradicional, sítios históricos, manifestações culturais populares, sítios de interesse turístico em geral. Estes diferentes centros de atração devem ser objeto de um inventário sistemático, a serem considerados como componentes do património turístico nacional e garantir que beneficiem de medidas de conservação adequadas.

Objetivo específico 2.2. Valorizar a rede nacional das Áreas Protegidas

Atividade 2.2.1. Desenvolver produtos turísticos diversificados e atrativos nas APs, melhorando as infraestruturas e os meios de acolhimento e de descoberta.

As áreas protegidas na Guiné-Bissau foram criadas e cobrem uma parte importante do território nacional. Por estas razões, e tendo em conta os meios disponíveis, os esforços na identificação e realização de produtos turísticos ainda são modestos. Seguindo as recomendações da Conferência Nacional de Ecoturismo, uma das prioridades estratégicas, diz respeito à melhoria da capacidade de acolhimento dos visitantes nas áreas protegidas. Isto exige a identificação de percursos e de conteúdos que valorizam as especificidades do património natural e cultural de cada um dos parques. Estes percursos beneficiarão se necessário, de equipamentos (bicicletas, canoas, binóculos), infraestruturas (observatórios, passarelas) e sinalizações suscetíveis de facilitar a descoberta dos sítios, para torná-los mais agradáveis, lúdicos e trazer elementos didáticos (ecomuseus) que destacam o património, incentivando a aderência dos visitantes e das comunidades aos objetivos de conservação.



Bissilim na entrada da cidade de Canchungo

Atividade 2.2.2. Estruturar e promover circuitos que integrem várias áreas protegidas e sítios de interesse turístico.

Considerando que uma parcela significativa de turistas estrangeiros permanece no país por períodos de uma semana a 10 dias, e considerando que cada uma das áreas protegidas apresenta as suas especificidades, existem condições favoráveis para a criação de circuitos que incluam vários parques ou sítios de interesse turístico.

Os atores implicados, em primeiro lugar, operadores privados, ONGs e o IBAP devem promover essas oportunidades de circuitos e criar condições estruturais e organizacionais para que sejam operacionais. Por exemplo, pode-se imaginar, a partir de Bissau, um circuito que vai ao Parque Nacional de Orango (tabancas Bidjugus, hipopótamos «marinhos», mangal), depois ao Parque Nacional Marinho João Vieira – Poilão (tartarugas marinhas, papagaios) e ligar por via marítima o Parque Nacional das Florestas de Cantanhez (florestas densas, chimpanzés, arrozais de mangal) e depois voltar para Bissau fazendo uma escala no Parque Natural das Lagoas de Cufada (zona húmida de importância internacional, aves aquáticas). Outra opção seria um circuito que sai de Bissau, segue para o PNTC, Parque Sul (descoberta da zona histórico da cidade de Cacheu, passeio no rio Cacheu, visita a floresta sagrada Cobiana,) Parque Norte (observação de mangal, crocodilos, erizicultura de mangrove, tabancas lacustre de Elia, Elalab, Bolol e Djobel) seguindo para São Domingos com a possibilidade de extensão para capital de Cassamanse. Outra opção seria visitas as APT passando pela cidade de Gabu com a sua cultura e tradição (fula), atravessando o rio tchecthe com destino a Parque Nacional de Boé com seu património histórico, parte integrante da memória de lugar (proclamação da independência da Guiné Bissau e Cabo Verde) sobre a luta de libertação nacional, com a possibilidade de descobrir os corredores de Salifo e Contabane zonas com potencial para observação da fauna cinegética (animais de grande porte) e os habitats associados (lagoas e wendus).

Atividade 2.2.3. Desenvolver capacidades de acolhimento, acompanhamento, interpretações que respondam as expectativas dos visitantes nacionais e internacionais.

A qualidade dos produtos turísticos pode ser valorizada apenas através de guias capazes de apresentar, mostrar, explicar em uma só palavra, interpretar os elementos a descobrir. Este aspeto exigirá esforços substanciais tendo em conta que os potenciais guias, oriundos das comunidades locais nunca ou raramente tiveram a oportunidade de praticar o turismo e geralmente não conhecem as línguas habituais dos visitantes internacionais. Eles têm um bom conhecimento do meio natural e sociocultural, mas não dispõem de códigos que lhes permitam interpretar e transmitir os conhecimentos aos turistas. Por isso, é necessário implementar um programa de formação em cada uma das áreas protegidas para os guias locais que foram selecionados com base em critérios objetivos.



Formação de Guias em técnicas de observação e identificação das espécies PNO - Anhôr

Objetivo específico 2.3. Promover um turismo de qualidade na Reserva da Biosfera do Arquipélago dos Bijagós.

Atividade 2.3.1. Produzir recomendações específicas ao Arquipélago Bolama Bijagós em matéria de turismo, incluindo, nomeadamente uma zonagem dos sítios com vocação turística e os sítios sensíveis a preservar.

O Arquipélago Bolama Bijagós é uma reserva nacional que apresenta a priori mais potencialidades em termos de turismo na Guiné-Bissau. É também um território particularmente sensível no plano natural e cultural. As experiências do passado ou em curso mostram que as modalidades de desenvolvimento geralmente aplicadas são capazes de gerar conflitos a vários níveis. Reconhece-se que a maioria desses conflitos não são a favor das comunidades locais: ilhas sagradas acaparadas, folclorização da cultura, prostituição, degradação do ambiente, todas as realidades que são o oposto dos princípios do ecoturismo. Por isso, a presente estratégia recomenda reunir os diferentes atores implicados para definir de forma concertada um conjunto de propostas que orientem o desenvolvimento do turismo numa direção responsável, que leve em conta os interesses ao longo prazo das populações locais e do país, bem como a fragilidade do meio natural. Estas recomendações devem ser acompanhadas de uma zonagem da Reserva da Biosfera identificando os sítios com vocação turística e os sítios sensíveis a preservar.

Atividade 2.3.2. Promover o Arquipélago como sítio de Património Natural Mundial para reforçar a sua notoriedade ao nível internacional e a preservação dos seus patrimónios.

É do interesse do turismo na Guiné-Bissau que o Arquipélago dos Bijagós seja inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO. Trata-se efetivamente da classificação mais prestigiosa que possa existir em matéria de conservação, suscetível de influenciar decisivamente na dinâmica do sector do turismo nacional. No entanto, devemos reconhecer que uma forte evolução do fluxo turístico implicaria o risco de amplificar os conflitos e os aspetos negativos acima sublinhados. Esta abordagem de promoção junto do Património mundial é inseparável da recomendação anterior sobre a zonagem do turismo no Arquipélago Bolama Bijagós.



Reunião de Anciões (homens grandes) da ilha de Canhabaque- RBABB

Objetivo específico 2.4. Produzir e difundir uma documentação de qualidade para os potenciais visitantes estrangeiros.

Atividade 2.4.1 : Produção de material de informação e de promoção.

Esta atividade consiste na conceção e produção do material de promoção que valorizam a riqueza do património da Guiné-Bissau e fornecem indicações práticas sobre as modalidades de acesso. A informação irá ilustrar as especificidades originais do país para que o destino se diferencie de forma clara e rentável em comparação com outros destinos na sub-região, particularmente em relação à sua vocação para o ecoturismo. Um guia turístico foi produzido em três (03) idiomas descrevendo as condições gerais para o exercício do turismo, os locais de interesse e os produtos, bem como as informações práticas sobre o transporte, alojamento, restauração, guia, etc. O esforço de promoção vai se concentrar nos produtos desenvolvidos dentro das áreas protegidas. Parte deste material de promoção será divulgada num website adequado para garantir o acesso à informação por parte dos potenciais visitantes.

Atividade 2.4.2 : Promoção e marketing.

A promoção do ecoturismo deve assentar sobre a participação do MTA em determinadas feiras de turismo. Materiais de exposição e de projeção serão produzidos para este fim, tais como cartazes, folhetos, vídeos, etc. Deve-se igualmente promover o destino Guiné-Bissau junto dos operadores baseados na Europa e especializados no domínio do ecoturismo.



Painel de apresentação de Parque Nacional Marinho João Vieira Poilão

Objetivo específico 2.5. Promover as oportunidades de desenvolvimento do ecoturismo junto dos atores nacionais.

Atividade 2.5.1. Criar mecanismos de subvenção, incentivos e apoio, a fim de incentivar o sector privado nacional a investir no domínio do ecoturismo.

Esta atividade destina-se a enfatizar o domínio do desenvolvimento deste sector por atores nacionais, com a perspetiva de retorno económico e melhores empregos para o país em relação à situação atual, em que o sector é dominado por investidores estrangeiros. O dispositivo de organização e de promoção definido no âmbito da presente estratégia aumentará o número de visitantes e, conseqüentemente, criará um contexto favorável à emergência de iniciativas nacionais. O quadro regulamentar e fiscal acabará por incentivar uma dinâmica em favor dos investimentos nacionais.

Atividade 2.5.2. Estimular a emergência de um mercado nacional de ecoturismo.

É interessante que uma parte do mercado ecoturístico se concentre numa clientela nacional que merece o acesso prioritário à descoberta do seu próprio património. Na verdade, é importante que o público nacional possa melhor aproveitar dos recursos do seu país, que tenha um melhor conhecimento e participe no esforço de defesa de um património coletivo. É importante notar que o público nacional é menos suscetível as variações aleatórias dos contextos internacionais que podem paralisar, de forma provisória, as atividades do sector, contribuindo assim na sua durabilidade. Convém entre outros disponibilizar informações pertinentes por intermédio de vetores adequados específicos à clientela nacional.

Atividade 2.5.3. Organizar sinergias e eventos destinados a promover o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau.

A realização de eventos, tais como festivais de música (Páscoa em Bubaque), manifestações culturais (Cacheu, Caminho dos escravos) ou durante o Carnaval pode ser apoiado, incentivado e diversificado, criando oportunidades de sinergia com produtos ecoturísticos menos conjunturais. Estes eventos podem constituir produtos de atração complementares aos outros objetos de visita, o conjunto formando um «pacote» diversificado capaz de aumentar significativamente a atratividade do destino. Colaborações serão incentivadas neste sentido, com o conjunto dos atores e particularmente as ONGs nacionais e os operadores turísticos.



Cidade de Bolama (antigo palácio do governador) e casa colonial

6.3.Domínio estratégico 3 : - - -

Ecoturismo como factor de desenvolvimento local e de conservação do património

Objetivo geral: A participação das comunidades no desenvolvimento do ecoturismo contribui significativamente para a dinamização das economias locais e na conservação do património.

Objetivo específico 3.1. Identificar com as comunidades produtos turísticos, valorizar o seu património e conhecimentos e gerar retornos económicos em seu benefício.

Atividade 3.1.1. Considerar as comunidades locais como atores-chaves no desenvolvimento do ecoturismo, de forma a valorizar os seus conhecimentos e produções criando assim oportunidades de renda e de emprego ao nível local.

Considerando que as populações estão bem colocadas para falar sobre a riqueza de suas terras, suas tradições, seus modos de vida, desenvolvendo assim as suas capacidades para apresentar aos turistas, aumenta o valor do produto turístico e cria simultaneamente capacidades de gerar receita ao nível local. Daí o interesse de associar as comunidades a partir da identificação de produtos que farão descobrir aos visitantes, passando-lhes toda a experiência vivida, a autenticidade do contacto com as realidades locais.

Assim é possível considerar essas comunidades como atores principais no desenvolvimento do turismo, incluindo esta nova atividade nas suas próprias dinâmicas. Além da descoberta de novas terras e da biodiversidade, permitem valorizar os calendários culturais, artesanato, gastronomia, etc. Entre os produtos citados na Conferência Nacional incluem, a título de exemplo:

- ... Conhecimento dos ecossistemas (visita as florestas, plantas medicinais, frutos silvestres, produtos artesanais, visita aos tarrafes, o rio Corubal, praticas produtivas específicas e característicos da região e/ou etnia, etc.);

- ... Construção de casas, construção de canoas;

- ... Artesanato (cerâmica, tecelagem, cestaria);

- ... Aspetos culturais, identidade cultural, eventos culturais;

- ... Hospedagens comunitárias;

- ... Histórias, lendas, tradições, usos e costumes;

- ... Interpretação dos agro-sistemas (arrozais de tarrafes e pluviais, palmeiras, utensílios, formas de consumo);

- ... Observação de animais;

- ... Formas de gestão do espaço e regras tradicionais;

- ... Histórias da luta de libertação nacional (Boé), história da escravatura (Cacheu);

- ... História de Bolama e da arquitetura colonial;

- ... Carnaval;

- ... Gastronomia local, frutos silvestres;

- ... Passeios de canoa, pesca desportiva, fumagem, degustação de peixes.



Memorial da História de escravatura e do tráfico negreiro - Cacheu

Atividade 3.1.2. Apoiar o desenvolvimento de microprojectos com vocação ecoturística geradores de renda e promover formações que permitam as comunidades locais de dominar as atividades económicas a seu benefício.

Uma vez identificados os produtos que apresentam um potencial ecoturístico nos diferentes sítios, criar condições de apropriação pelas comunidades locais nomeadamente através da identificação de microprojectos e formações nas áreas de acolhimento, alojamento, restauração, artesanato, transformação e comercialização de produtos locais, contabilidade, etc.

Atividade 3.1.3. Promover a redistribuição de uma parte significativa das diferentes taxas ligadas as atividades turísticas em benefício das comunidades implicadas.

Os operadores e os visitantes são levados a pagar uma série de taxas, nomeadamente de entrada ou de visita nas áreas protegidas ou ainda para exercer certas atividades, como a pesca desportiva. A redistribuição de uma parte das receitas em benefício das comunidades representa uma ferramenta suplementar para a realização de pequenos projetos de carácter comunitário, e estimular a adesão das populações aos objetivos das áreas protegidas e do turismo em particular. Pode igualmente incentivar, a contribuição voluntária e regulada dos visitantes e dos operadores turísticos em favor das iniciativas locais.



Passeio de canoa no Parque Natural das Lagoas de Cufada

Objetivo específico 3.2. Reforçar as capacidades das comunidades em matéria de acompanhamento e interpretação.

Atividade 3.2.1. Assegurar a formação de guias oriundos das comunidades locais.

As pessoas das comunidades locais possuem conhecimentos profundos de suas terras e tradições. Convém dotar-lhes de ferramentas e competências que lhes permitam transmitir esses conhecimentos aos turistas. Trata-se de técnicas de acompanhamento e de interpretação, a compreensão das expectativas e dos centros de interesse dos turistas, a prevenção de potenciais perigos especificamente vis-à-vis de certos animais, como répteis ou grandes mamíferos, as técnicas de abordagem facilitando as boas condições de observação, sem perturbar o meio natural e a fauna selvagem, ou ainda o domínio básico das línguas faladas pelos visitantes. As formações serão fornecidas de acordo com os principais sítios de interesse ecoturístico e dispensadas aos jovens capazes de satisfazer uma série de critérios.



Casa do Ambiente e de cultura Bijagós - Bubaque

Objetivo específico 3.3 : Produzir uma Carta de política nacional para o desenvolvimento do ecoturismo e códigos de conduta para os gerentes dos hotéis, operadores turísticos e os turistas, compatíveis com a abordagem do ecoturismo.

Atividade 3.3.1 : Produzir uma Carta de política nacional para o desenvolvimento do ecoturismo com base nos princípios éticos de responsabilidade social e ambiental.

Para enquadrar o processo e a natureza dos investimentos dos operadores privados, é necessário elaborar uma Carta de política nacional para o desenvolvimento do ecoturismo. Esta Carta, definida pelas autoridades competentes (MTA, AAAC, IBAP) em colaboração com as partes envolvidas, deverá considerar os potenciais impactos do turismo sobre as comunidades locais ao nível económico, social e cultural tendo a preocupação de respeitar os usos e costumes locais e segundo os princípios fundamentais do ecoturismo.

Ela deverá advertir os operadores e os visitantes sobre os riscos de folclorização, prática infelizmente corrente na região quando as culturas autóctones são apresentadas como objetos comerciais. A Carta deverá igualmente ter em conta os riscos de perturbação da biodiversidade e dos meios naturais na definição de capacidades de acolhimento, para evitar comportamentos indesejáveis. Particular atenção deve ser dada à noção de paisagem através da sensibilização de todas as partes envolvidas.

Para além desta Carta genérica serão igualmente produzidos códigos de conduta adaptados a certos tipos de visitas (algumas tabancas, praias de desova de tartarugas marinhas, etc.). Estes documentos, aos quais os operadores, guias ou visitantes irão comprometer-se, deverão ser largamente divulgados.



Hospedagem comunitária de Anhôr (PNO)

Os seguintes aspetos serão tomados em consideração :

- Normas relativas ao emprego (contratos, prestações sociais, quota de emprego para os representantes das comunidades locais);

- Proibição do turismo sexual;

- Incentivar a utilização dos produtos locais, sem comprometer a sua regeneração;

- Não comercialização dos produtos da pesca ou da caça desportiva;

- Não introdução de novas espécies de fauna ou flora;

- Normas para a construção de edifícios (respeito das paisagens, materiais, etc.);

- Normas para a gestão e tratamento de resíduos, águas usadas, eventuais fontes de poluição.

Atividade 3.3.2. Produzir códigos de conduta para os operadores turísticos e os visitantes de maneira a atenuar os seus impactos nas comunidades e no ambiente.

Códigos de conduta serão elaborados com os atores implicados de forma a minimizar os riscos de perturbação nos sítios (no plano natural e cultural). Estes códigos de conduta que deverão ser conhecidos pelas comunidades, poderão ser de carácter genérico (por exemplo, condições de visita nas tabancas) ou de carácter específico (observação dos hipopótamos, observação da desova das tartarugas marinhas). Em geral, estes códigos de conduta deverão considerar os seguintes aspetos:

- Respeito das pessoas e de suas identidades culturais (condições para tirar fotografias, riscos de folclorização das cerimónias, condições de visita dos sítios sagrados, respeito dos usos e costumes);
- Prevenção dos riscos de perturbação da fauna selvagem;
- Condição de acesso aos sítios (modalidades de acompanhamento, número de visitantes simultâneos autorizados).

Objetivo específico 3.4. Organizar a formação para o pessoal responsável pela implementação e seguimento da Carta sobre a Política Nacional para o Desenvolvimento do Ecoturismo incluindo os códigos de conduta

Atividade 3.4.1. Realizar a formação dos agentes da AAAC e do META em relação ao seguimento e avaliação da aplicação das normas definidas pela Carta e os códigos de conduta.

As autoridades responsáveis pela implementação e seguimento das regras e normas, particularmente os agentes da AAAC, receberão uma formação específica permitindo-lhes monitorar periodicamente o seguimento e a avaliação dos impactos sociais e ambientais ligados a prática do turismo.





(2018 - 2023)
Guiné-Bissau Terra da Biodiversidade



Ministério do Turismo
e Artesanato



Instituto da Biodiversidade e das
Áreas Protegidas